

# Amor a Brasília e sua gente



» IBANEIS ROCHA  
Governador do Distrito Federal

Há 65 anos nascia Brasília. Não apenas uma capital, mas um sonho erguido do concreto e da audácia, um projeto que uniu arquitetura, natureza e a coragem de milhares de candangos. Hoje, o Distrito Federal não é apenas símbolo do modernismo, mas da vida pulsante que habita suas asas, seus eixos, suas praças, suas cidades e o campo. Desta vez, é hora de celebrar com a grandeza que essa história merece.

Lembramos que, há cinco anos, quando Brasília chegou aos 60, as ruas estavam vazias, os abraços contidos, os festejos adiados em razão da pandemia da covid. Hoje, a cidade respira liberdade. É tempo de ocupar os espaços públicos com alegria, em uma confraternização que une shows gratuitos, exposições que contam nossa trajetória, feiras gastronômicas que misturam sabores do Brasil inteiro e transporte público liberado — um presente

para quem construiu e vive esta cidade única. Porque Brasília não é feita apenas de monumentos, mas de gente: do pedreiro que levantou seus pilares ao artista que coloriu seus muros, do servidor que mantém suas instituições à mãe que cria seus filhos. Se antes Brasília era a expressão máxima da arquitetura modernista, hoje ela se revela ao mundo por meio de sua gente. Uma mistura vibrante de sotaques, do Norte ao Sul do País, uma simbiose de raças que reflete o melhor do Brasil.

Em minhas caminhadas pela cidade, sempre busquei forças nesse contato: no aperto de mão do feirante, no abraço da professora, no sorriso da criança que brinca no Parque da Cidade. Foi essa esperança, tecida no cotidiano de quem escolheu chamar Brasília de lar, que me mostrou um caminho. E é por ele que seguimos trabalhando — para que cada um, seja quem for, tenha acesso à felicidade que merece.

Isso significa políticas públicas que gerem emprego e renda, mas também dignidade. Pela proteção da mulher que caminha sob o céu do DF, pela acessibilidade que permite a todos ocuparem a cidade, pelo respeito às minorias que enriquecem nossa cultura. Por escolas que transformam, por hospitais que acolhem, pela segurança alimentar de quem levanta cedo para trabalhar. Por um transporte que não seja apenas meio de locomoção, mas direito garantido. E, claro, por uma cidade

que cuide de seus monumentos — não como relíquias do passado, mas como testemunhas vivas de que Brasília é, e sempre será, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Houve um tempo em que chamavam Brasília de “ilha da fantasia” — como se fosse um projeto distante da realidade brasileira, um experimento arquitetônico habitado por uma população “de fora”. Era um rótulo carregado de preconceito, que ignorava a força dos candangos que a ergueram e a vitalidade dos que, década após década, fizeram dela um lugar verdadeiramente vivo. Hoje, a realidade desmente qualquer reducionismo: Brasília é uma cidade jovem não apenas em sua história, mas em sua energia, comprometida com uma qualidade de vida rara entre as metrópoles do país.

Mas manter esse padrão não tem sido fácil. É um trabalho diário, coletivo, que exige participação ativa de todos. Aqui, nenhum plano avança sem ampla discussão — e isso não é um obstáculo, mas uma virtude. O legado de Lucio Costa, especialmente no que diz respeito à harmonia entre urbanismo e bem-estar, segue sendo respeitado como um farol. Quando atualizamos o PP-CUB no ano passado ou debatemos o PDOT, não estávamos apenas cumprindo obrigações técnicas; estávamos honrando um pacto com o futuro, como se o próprio Lucio Costa nos observasse. Poucas cidades no Brasil envolvem tanto sua população em decisões que afetam seu cotidiano — e esse diálogo é um patrimônio tão valioso quanto o concreto de Oscar Niemeyer.

Os números nos orgulham: estamos no topo do IDH entre as metrópoles brasileiras, com o menor índice de analfabetismo do país (1,7%, contra a média nacional de 5,6%). Essas conquistas não são acidentais. São fruto de políticas públicas efetivas e, sobretudo, da resistência de um povo que trabalhou, confiou e acreditou. Brasília acolheu migrantes de todas as regiões — gente sofredora e lutadora que cavou lagos, ergueu ministérios, plantou jardins e asfaltou avenidas. Foram essas mãos calejadas que transformaram o sonho de Dom Bosco em realidade.

E o esforço continua. Porque Brasília, como o Brasil, está em constante transformação. As demandas mudam, mas a essência permanece: uma cidade feita para as pessoas. Tenho certeza de que cada avanço social que alcançamos veio da força do povo — das ruas, da voz que exige seus direitos. Por isso, repito: nosso guia são as pessoas. Seu bem-estar é a medida do nosso sucesso.

Feliz aniversário, Brasília. Que os próximos capítulos sejam tão ousados quanto teu nascimento — e tão humanos quanto tua gente.

## Tarifa zero: pauta emergente no 65º aniversário de Brasília



» THIAGO TRINDADE  
Professor do Instituto de Ciência Política da UnB, coordenador do Observatório das Metrópoles em Brasília

Brasília comemora em 2025 seus 65 anos de existência. Mas, à luz de nossos indicadores sociais, talvez não haja muito o que festejar. O Distrito Federal é marcado por desigualdades tão profundas que o tornam um dos territórios mais segregados do mundo. O relatório *Como anda Brasília*, produzido pelo IPEDF em 2023 (com dados da Pdad 2021), mostra que, enquanto a renda média do grupo de Regiões Administrativas (RAs) mais ricas era de R\$ 18.127, no grupo das RAs mais pobres essa renda equivalia a R\$ 2.787.

Todavia, o foco do relatório reside em outro aspecto da desigualdade no DF: a mobilidade urbana. Ao se analisar os deslocamentos diários para o trabalho, verifica-se que a maioria daqueles realizados por ônibus e a pé é feita pelas pessoas negras, enquanto que a população não negra utiliza mais o carro para essa finalidade. Adotando o gênero como recorte, os homens não negros são os que mais se deslocam com automóvel (61,1%), seguidos pelas mulheres não negras (53,9%). Por sua vez, as mulheres negras constituem o grupo que mais se desloca para o trabalho de ônibus (45,5%) e a pé (12,7%), seguidas pelos homens negros (32,5% e 9%, respectivamente).

Pelo critério renda, na faixa de até um salário mínimo, tanto homens como mulheres se deslocam mais de ônibus para o trabalho (42,8% e 54,5%, respectivamente), bem como na faixa de um a dois salários (48,2% e 63,5%). Para os grupos de renda mais alta, a relação se inverte: o uso do carro aumenta, enquanto a locomoção por ônibus diminui consideravelmente.

Os dados revelam que as condições com que os diferentes grupos e classes sociais se locomovem pela cidade, e dela se apropriam para diferentes fins (lazer, serviços públicos, emprego etc.), são bastante diferenciadas. Uma vez que a possibilidade de ter um automóvel está ligada à condição econômica, a grande maioria dos residentes das localidades mais pobres é a que mais depende do transporte público. Por isso, os grupos de menor renda têm seu direito de ir e vir seriamente prejudicado, já que os custos do deslocamento diário podem ser um obstáculo considerável para sua locomoção. Em suma, a população branca e rica tem maior mobilidade urbana, enquanto que a população negra e de baixa renda experimenta maiores dificuldades para circular pela cidade, sendo que o grupo mais afetado são as mulheres negras de baixa renda.

Logo, a tarifa cobrada no transporte público é um elemento decisivo na sustentação da estrutura urbana segregacionista no DF, impedindo a população negra de circular livremente e reforçando padrões históricos de exclusão. Vale lembrar que, em 2015, o transporte foi incluído como direito social na Constituição Federal (Art. 6º), constituindo-se desde então em um dever do Estado. A tarifa representa, portanto, uma violação de um direito constitucional de milhões de pessoas.

Nesse cenário, a proposta de tarifa zero no transporte público emerge como alternativa viável e necessária para democratizar a cidade e garantir uma vida mais digna a grupos sociais historicamente marginalizados. Antes vista como “utopia”, a tarifa zero hoje é realidade em mais de 120 municípios brasileiros (beneficiando mais de 5 milhões de cidadãos e cidadãs). Em março, teve início no DF o programa Vai de Graça, que garante tarifa zero aos domingos. Embora há pouco tempo em vigor, os efeitos positivos na economia local já são percebidos.

É importante destacar que a tarifa zero não é uma política setorial; ao contrário, ela tem uma série de efeitos positivos que beneficia grande parte da sociedade. Simultaneamente, a tarifa zero é uma política de: i) distribuição de renda, já que anula o gasto com o transporte público e beneficia as pessoas de baixa renda; ii) combate às desigualdades raciais, pois permite maior liberdade de circulação à população negra; iii) garantia do direito constitucional de ir e vir para todas as pessoas; iv) redução das emissões de carbono, uma vez que tende a estimular um maior uso do transporte coletivo em detrimento do individual; e v) redução de mortes no trânsito, pela mesma razão.

É claro que a gratuidade no transporte público não resolve todos os nossos problemas, mas ela é um grande passo na construção de uma cidade mais democrática e menos desigual. O Vai de Graça é uma conquista importante, mas a tarifa zero precisa ser adotada todos os dias da semana, 24 horas por dia. Sabemos que é possível. No momento do seu 65º aniversário, Brasília tem a oportunidade de avançar — por meio da adoção da tarifa zero — na promoção de uma política de justiça socioambiental que a faria merecer, de fato, a alcunha de “cidade do futuro”.



## Sarah Raíssa e o custo humano da sociedade da dopamina



» LÊDA GONÇALVES  
Doutora em psicologia, professora do Programa Stricto Sensu da Universidade Católica de Brasília (UCB)

» LEANDRO FREITAS  
Doutor em neurologia e neurociências. Professor do Programa Stricto Sensu da UCB

Sarah Raíssa, uma criança de apenas 8 anos, morreu no último dia 13, em Ceilândia, no Distrito Federal, após participar de um “desafio” viral de uma plataforma de vídeos curtos que consistia em inalar desodorante aerossol. Uma tragédia que não é isolada, mas é sintomática de um problema que vai muito além dos limites das redes sociais: a “sociedade da dopamina”.

Dopamina é um neurotransmissor associado ao prazer, à recompensa rápida. Cada curtida, cada visualização, cada comentário nas redes sociais libera pequenas doses dessa substância no cérebro, criando um ciclo viciante que nos faz querer sempre mais estímulos. Para adultos, esse circuito já é difícil de controlar. Para crianças e adolescentes, cujo cérebro ainda está em desenvolvimento, torna-se ainda mais desafiador entender e resistir à sedução dessas

gratificações imediatas, ficando presas num mecanismo que oferece aprovação rápida, fama instantânea, a ilusão viciante de serem vistas e “pertencidas”.

A internet acentua a lógica do um “saber sintético”, onde o conhecimento superficial é rápido e descartável, moldado pela lógica dos algoritmos e pelo imediatismo das plataformas digitais. A profundidade é substituída pela rapidez, a reflexão pela viralidade. Essa dinâmica digital explora justamente as fragilidades de um cérebro jovem, cujo córtex pré-frontal — região responsável por planejar, tomar decisões e medir consequências — ainda não está plenamente desenvolvido. O resultado é uma geração de crianças e adolescentes vulneráveis, com dificuldade de controlar impulsos e avaliar riscos, entregues ao consumo compulsivo de conteúdos que eles nem sempre conseguem compreender plenamente, mas que estimulam continuamente circuitos cerebrais ligados à recompensa imediata.

Precisamos de um debate urgente sobre o papel que as grandes empresas de tecnologia desempenham nesse contexto. Elas lucram bilhões com o tempo, a atenção e o engajamento das crianças e jovens, sabendo que seus algoritmos são projetados justamente para ativar áreas cerebrais associadas ao prazer instantâneo. Apesar disso, ainda são lentas e pouco eficazes em garantir ambientes seguros. Então, quem paga o preço por esse lucro exorbitante

são crianças como Sarah. Será que elas deveriam ter acesso irrestrito a esse mundo digital, repleto de riscos disfarçados de entretenimento? A morte de Sarah não foi causada apenas por um desafio perigoso, mas por uma cultura que supervaloriza a aparência, a performance imediata e a satisfação rápida. Uma sociedade onde sucesso é medido por “curtidas de desconhecidos” que, de maneira perigosa, alimentam temporariamente a liberação de dopamina no cérebro, e não pela qualidade das relações humanas ou pelo aprofundamento do saber.

Em meio a tudo isso, é possível vermos nossas crianças e adolescentes distantes da “caverna digital”, reapropriando-se do brincar junto, ocupando as ruas, com pés descalços em contato com a terra, as árvores, os bichos, enfim, valorizar o saber orgânico capaz de semear e germinar encontros entre pessoas e destas com a natureza. Casos como o de Sarah não podem se tornar apenas mais uma notícia esquecida em poucos dias. Precisamos parar de fingir que essas tragédias são acidentes isolados e começar a responsabilizar quem lucra com esse sistema perverso, projetado para explorar sem pudor cérebros em formação, incapazes de perceber que nem toda recompensa vale o risco. Está na hora de decidir que tipo de sociedade queremos ser: uma que protege e educa nossas crianças ou uma que as sacrifica no altar do entretenimento fácil e viciante.